



502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 07 de junho de 2024 às 09h42 teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma virtual, considerando a ser 502^a. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Ana Paula Nebl Jardim; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira. Conselheiros (as) suplentes: Antíogenes Viana Sena Júnior; Claudia Pereira Pinto; Marcos Paulo Aurélio dos Santos; Maurício Barreto Pedrossa Filho.

Pauta 1. PNAB - Indicação de imóveis tombados pelo Plenário, para que os projetos sejam contratados prioritariamente, viabilizando que os mesmos sejam contemplados com ações de conservação, com recursos PNAB em 2025;

Pauta 2. Esclarecimentos sobre a eleição da sociedade civil e prazo de prorrogação - Secretária Amanda Carneiro;

Pauta 3. Consulta a PGE - Edital FUNCULTURA PATRIMÔNIO CULTURAL.

Claudia Rodrigues iniciou a reunião em formato virtual e a pauta incluía uma conversa sobre a PNAB. Na verdade, a reunião visava saber sobre alguns imóveis acautelados, indicação do plenário. A discussão foi importante para que os projetos fossem prioritariamente contratados para esses imóveis com maior necessidade, assim dizendo, e acautelados, viabilizando que fossem contemplados com ações de conservação dos recursos do ano seguinte da PNAB. Depois, também falariam sobre a consulta do edital do Funcultura Patrimônio. Então, Claudia passou a palavra para Amanda Carneiro, secretária da Casa dos Conselhos, para que ela atualizasse sobre o processo de eleição da sociedade civil. Amanda Carneiro desejou bom dia a todos e informou que, mediante o processo de eleição dos novos conselheiros por parte da sociedade civil, tiveram um resultado em que dois segmentos, "antropologia, sociologia e turismo" e "arqueologia, história e museologia", só tiveram dois candidatos a conselheiros habilitados. Eles precisariam abrir um novo processo eleitoral para esses dois segmentos, a fim de garantir mais candidatos e realizar o processo eleitoral válido, elegendo titular e suplente desses segmentos. Amanda explicou que estavam em consulta jurídica e, embora não pudesse falar sobre datas no momento, adiantou que a abertura do novo processo seria necessária. Ela detalhou que, segundo o cronograma, as votações ocorreriam no dia 17 de junho, mas dependiam do respaldo jurídico para confirmar as datas. A previsão era de que fosse necessário um novo período para realizar o processo eleitoral desses dois segmentos, e Amanda prometeu trazer atualizações sobre o cronograma no início da próxima semana, informando como ele seria alterado e as ações legais que seriam tomadas pela comissão eleitoral no processo de eleição para a sociedade civil do Conselho de Patrimônio Cultural. O segundo ponto abordado por Amanda referia-se ao mandato atual, esclarecendo dúvidas sobre sua duração. Ela repetiu que o mandato atual permaneceria ativo até a conclusão do processo eleitoral. Ou seja, enquanto não houvesse a composição dos novos conselheiros, o processo eleitoral não seria encerrado. Amanda assegurou que dariam continuidade ao mandato atual até preencherem todas as cadeiras com seus respectivos titulares e suplentes. Amanda também mencionou que dois informes sobre a

502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

prorrogação do mandato seriam dados pela presidente Cláudia e por Diomedes. Além disso, afirmou que a Casa dos Conselhos, na sua função de secretaria, estava oferecendo todo o respaldo necessário a Diomedes. Em seguida, passou a palavra para Cláudia. **Claudia Rodrigues** agradeceu a Amanda e explicou que, devido à prorrogação constante do processo eleitoral, sua situação estava se tornando inviável. Claudia tinha compromissos pessoais e de saúde inadiáveis, além de grandes responsabilidades na Fundarpe, incluindo a gestão de contratações que Renata lhe havia passado. Claudia mencionou que assumiu a responsabilidade pelo Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho, esperando que, após o resultado da eleição da sociedade civil em 30 de maio, outros conselheiros pudessem ajudar. Com a prorrogação, isso tornou-se inviável para ela. Claudia precisava de um substituto e agradeceu a Augusto Ferrer por aceitar a responsabilidade de analisar os 12 projetos selecionados, trabalho que Claudia já havia começado. Ela perguntou se alguém se opunha à indicação de Augusto, para que ele fosse oficialmente escolhido pelo plenário como conselheiro no prêmio de 2025. Como ninguém manifestou oposição até aquele momento, Claudia informou que qualquer objeção poderia ser levantada até o final da reunião e explicou que a escolha de Augusto foi uma necessidade diante da situação urgente e não planejada. Ela também abriu a oportunidade para outros interessados se manifestarem. **Cássio Raniere** afirmou que estava certo de que Augusto faria uma boa representação e que a experiência seria muito enriquecedora para ele, já que Cássio havia participado anteriormente e achou muito bom. Além do conhecimento adquirido, Augusto teria a oportunidade de premiar. **Claudia Rodrigues** abordou o segundo ponto do dia, referente a Diomedes. Ela explicou que Diomedes informaria pessoalmente, mas aproveitou a oportunidade para compartilhar a notícia de que ele precisaria se afastar do conselho. Embora a notícia fosse triste para o conselho, era positiva para Diomedes, que assumiria um novo cargo. Devido a restrições legais, ele não poderia ter um terceiro vínculo e, portanto, precisou escolher entre suas responsabilidades. Diomedes optou por se afastar do conselho, uma decisão já formalizada. Claudia agradeceu a Diomedes por sua dedicação, liderança e produtividade em todos os projetos sob sua responsabilidade, destacando sua calma e ética. Ela expressou imensa gratidão por todo o trabalho de Diomedes e passou a palavra a ele para que pudesse se despedir. **Diomedes Oliveira** agradeceu a Cláudia e cumprimentou todos, explicando a situação de seu afastamento. Ele havia comentado anteriormente que foi chamado em um concurso no município de Caruaru, onde deveria começar a trabalhar na semana seguinte. Diomedes já atuava como servidor em Riacho das Almas e aguardava a convocação de Caruaru. Na quinta-feira, dia de Corpus Christi, seu nome saiu no Diário Oficial, pegando-o de surpresa, e ele precisou agilizar toda a documentação necessária. Diomedes explicou que, conforme a Constituição, ele só poderia acumular até dois cargos públicos como professor. Com os vínculos em Riacho das Almas e no Conselho da Secult, ele precisou abrir mão do vínculo com a Secult para ingressar na prefeitura de Caruaru. Apesar da correria, ele agradeceu a Amanda Carneiro pela ajuda com a documentação e informou que o processo de exoneração estava em andamento. Ele expressou sua felicidade pelo trabalho realizado no conselho, destacando a importância da preservação do patrimônio e a experiência enriquecedora.

502ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de trabalhar com diferentes gestões e interesses públicos. Diomedes agradeceu a Cláudia pela liderança e confiança, e também aos colegas conselheiros, tanto do poder público quanto da sociedade civil, pela colaboração e aprendizado compartilhado. Ele lamentou não poder participar da reunião pessoalmente para dar a notícia e se despedir, mas expressou esperança em futuros encontros e parcerias. Diomedes finalizou agradecendo a todos e manifestou desejo de ser convidado para eventuais reuniões ou despedidas futuras. **Claudia Rodrigues** adiantou o terceiro ponto da reunião, pedindo a Ana Barbosa que atualizasse os presentes sobre o ofício enviado à PGE referente à criação do edital do Funcultura Patrimônio. Claudia explicou que dois ofícios foram enviados, ambos resultado de dúvidas surgidas durante a proposição do edital. Na semana anterior, ela já havia lido os pontos que voltaram da PGE com dúvidas. A PGE solicitou um arrazoado, uma consulta jurídica alinhada com o jurídico deles, para esclarecer se, considerando a lei vigente que cria os editais, seria necessário um instrumento legal específico para um edital de patrimônio cultural. Marcelo Casseb havia inicialmente dito que não achava necessário, mas, mesmo defendendo a idealidade de uma lei, Claudia e o conselho queriam confirmar oficialmente. O segundo ponto da consulta era sobre o aumento da verba destinada ao patrimônio, sem retirar de outras áreas, simplesmente destacando um valor maior para o patrimônio dentro do teto permitido pela lei. O jurídico da Fundarpe já havia encaminhado a consulta ao jurídico específico do Funcultura, que tinha advogados experientes tratando do assunto. Claudia esperava uma resposta rápida, possivelmente na semana seguinte, para então retornar à PGE e obter uma posição formal. Ela seguiu para o primeiro ponto da pauta do dia, solicitando que Augusto comentasse sobre o monitoramento dos bens tombados, trabalho que ele já havia realizado. Claudia considerou lógico começar pela lista de bens tombados e suas necessidades de conservação, convidando todos os conselheiros a refletirem sobre o assunto para que os imóveis mais necessitados fossem contemplados na PNAB do ano seguinte. **Ana Barbosa** ressaltou que Augusto, candidato apto e bem posicionado para reeleição, poderia continuar no conselho, garantindo a continuidade sem prejuízo para o Prêmio Ayrton. Ela considerou a escolha de Augusto acertada, destacando sua capacidade de dar respaldo técnico ao prêmio, juntamente com Ana Paula. Ana Barbosa também agradeceu e parabenizou Diomedes pelas conquistas e contribuições durante seu tempo no conselho. Ela expressou gratidão pelo apoio e pelas ideias trocadas, registrando sua alegria pelo sucesso de Diomedes e reconhecendo sua valiosa contribuição tanto como conselheiro quanto como membro da mesa diretora. **Augusto Ferrer** agradeceu a Cláudia e a todos pelo reconhecimento e aplausos, comprometendo-se a dar o seu melhor no Prêmio Ayrton e contribuir de forma significativa. Ele mencionou que, como coordenador do GT de monitoramento de bens acautelados, foi solicitado que ele fizesse uma apresentação sobre o tema da PNAB, indicando edifícios ou bens prioritários. Augusto considerou justo partir da lista de bens em situação precária, apresentada no ano anterior em um debate com Diomedes e o colega Reinaldo, membros do GT. Eles haviam discutido essa lista com a Fundarpe, incluindo profissionais como Roberto e Célia. Reuniões foram realizadas em junho e julho, com a participação de Mariana falando do batalhão de floresta, e outra reunião em

M
DR
MM
JM
MP
PC.

502ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

agosto finalizou a listagem de bens em situação precária. Augusto então iniciou a apresentação, compartilhando a planilha na tela (**anexo**). Ana Paula saudou a todos e explicou que o recurso para obras desse tipo não era grande, totalizando 5,5 milhões de reais naquele ano. Ela ressaltou que não era possível obter recursos para imóveis privados, apenas para imóveis públicos. Ela sugeriu encaminhar a lista de imóveis aos deputados estaduais e federais, solicitando recursos de emendas parlamentares, aproveitando o momento para fazer essas indicações. Ana Paula mencionou que projetos bem elaborados aumentavam as chances de captação de recursos, tanto de emendas quanto de iniciativas privadas. Em relação ao projeto mencionado por Augusto, ela informou que uma consulta foi feita ao MinC e esperava um retorno até a segunda-feira seguinte sobre a possibilidade de licitar o projeto. Com o projeto pronto, seria mais fácil solicitar recursos. Ela destacou a importância de buscar recursos para os bens públicos identificados, propondo enviar um ofício do conselho com descrições e fotografias dos bens para solicitar apoio financeiro. Ana Paula concluiu que, em relação ao recurso da PNAB, a elaboração e obtenção de projetos eram fundamentais para atender às necessidades nos quatro anos restantes, lembrando que o primeiro ano já estava comprometido com o Cais do Sertão e a Casa dos Conselhos. Ana Barbosa fez um comentário sobre as contribuições de Augusto e Ana Paula, sugerindo que a lista atualizada de bens poderia servir como um guia claro, diferenciando bens públicos de privados para facilitar a visão geral. Ela propôs a inclusão de critérios adicionais, como a condição dos bens, destacando intervenções urgentes ou mais viáveis em termos de custo e complexidade. Ela enfatizou a importância de critérios objetivos na escolha de projetos e emendas, utilizando o conhecimento técnico de Augusto para priorizar ações mais rápidas e menos complexas, quando possível. Ana Barbosa argumentou que isso tornaria mais simples decidir como alocar os recursos disponíveis, deixando a priorização para a disponibilidade de verba e a complexidade das necessidades, em vez de critérios subjetivos. Claudia Rodrigues fez uma pergunta rápida a Ana Paula sobre a cobertura do recurso para realizar licitações e contratações de projetos pela Secult ou Fundarpe. Ela questionou se o valor poderia abranger um pacote que incluisse levantamento de danos e orçamentos, ao invés de contratar individualmente cada projeto. Claudia queria confirmar se o dinheiro disponível permitiria essa abordagem mais ampla, considerando a viabilidade e a natureza das obras civis necessárias. Maurício Barreto cumprimentou a todos e elogiou a apresentação de Augusto, destacando sua concisão. No entanto, ele expressou franqueza ao levantar questões sobre a segurança necessária para votar. Maurício enfatizou a importância dos princípios de segurança jurídica, transparência, parcialidade, eficiência e economicidade na administração do conselho. Ele questionou a ausência da lista atual dos bens, exigindo informações claras sobre os proprietários, laudos técnicos atualizados e o critério de escolha dos imóveis a serem beneficiados. Maurício solicitou adiamento da votação para uma reunião presencial, com acesso prévio à documentação necessária pelos conselheiros, para garantir segurança na decisão. Caso seu pleito não fosse atendido, ele declarou que se absteria de votar, zelando pelo interesse público e pela transparência nas decisões do conselho. Claudia Rodrigues explicou que hoje não



502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

estava sendo apresentado nada ao conselho, mas sim que estavam montando uma proposta para apresentar à Secult. Ela esclareceu que a iniciativa partiu do próprio conselho para sugerir à Secult sobre os imóveis, sem trazer nada definido ou contratual. Claudia mencionou que o GT de monitoramento tinha visitado e verificado alguns imóveis, mas a proposta não vinha de fontes externas. Ela destacou que Augusto estava apenas relembrando que ele mesmo, como conselheiro, estava apresentando algo ao conselho, não sendo uma proposta externa. Claudia enfatizou que o conselho estava refletindo sobre seu próprio trabalho e não dependia de opiniões externas para suas decisões. **Augusto Ferrer** esclareceu que seu primeiro incômodo diante da pauta foi semelhante ao de Maurício. Ele expressou preocupação com a finalidade da reunião e os critérios propostos, questionando se seriam apenas os do GT de monitoramento, baseado em uma lista defasada. Augusto mencionou que havia uma perspectiva de atualização no início do ano, mas devido às eleições, isso não ocorreu. Ele destacou a importância da participação da Fundarpe para orientar sobre a viabilidade técnica e os custos de conservação dos edifícios, reconhecendo que, apesar de sua experiência na área, os profissionais da Fundarpe têm expertise diária no assunto. Augusto propôs revisar e atualizar a lista de edifícios prioritários para garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficaz. Ele esclareceu que a lista apresentada foi elaborada pela Fundarpe e não por ele, Diomedes, Reinaldo ou Joana. Augusto reiterou que estavam reapresentando esses bens prioritários para avançar no processo, permitindo que os conselheiros dessem orientações adicionais se algum bem importante tivesse sido omitido. Ele enfatizou a necessidade de Ana Paula contribuir sobre os recursos disponíveis e as possíveis ações a serem tomadas. **Joana D'Arc** trouxe a discussão sobre a evolução da proposta do Funcultura e sua importância para o conselho ao longo dos anos. Ela mencionou a independência da proposta em relação aos mandatos políticos, destacando a relevância contínua dos tombamentos dos bens culturais. Joana elogiou a apresentação de Augusto sobre os bens tombados, mencionando que anteriormente, junto com Diomedes, discutiram a listagem no GT de Tombamento. Além disso, Joana relacionou a discussão com os recursos do Programa Nacional Aldir Blanc e a importância da regulamentação estadual e municipal para viabilizar projetos culturais. Ela enfatizou a necessidade de aproveitar os recursos disponíveis de maneira eficaz, adaptando-se às condições específicas de cada município. Joana também abordou a questão do Monjope, um espaço cultural subutilizado, propondo que o conselho interaja com a prefeitura de Igarassu para explorar o potencial de uso desse patrimônio restaurado. Ela destacou a importância de garantir que os espaços restaurados tenham um uso significativo e contínuo, além de contribuir para a educação patrimonial e o serviço social. **Claudia Pinto** alinhou-se com as falas de Maurício e Augusto, complementando os pontos levantados por eles. Ela destacou a importância da presença dos técnicos da Fundarpe para fornecer uma visão realista das obras, conforme Augusto explicou. Claudia concordou com a ideia de que a lista de imóveis é fundamental para evitar perda de tempo e para entender a situação de cada um. Ela sugeriu que consolidar os pontos discutidos na reunião em uma lista concisa ajudaria na objetividade e direcionamento das futuras discussões com Ana Paula sobre o tema.

5

502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Cássio Ranieri alinhou-se com as falas de Maurício e Augusto, contribuindo ao lembrar que recomendar à Secretaria de Cultura certos posicionamentos e alcances de políticas públicas não é novidade para o conselho. Ele recordou que em 2020, durante a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), o conselho fez diversas recomendações ao governo, sugerindo a conveniência de listar quais bens deveriam ser alvo dessas políticas. Cássio propôs discutir se era viável garantir editais específicos para a avaliação e requalificação de bens públicos com urgência. Ele mencionou um texto base elaborado pelo conselho em 2020 como exemplo. Cássio enfatizou a importância de tornar a política pública mais eficiente e potente no contexto do patrimônio cultural em Pernambuco, levantando questões sobre a origem e a divisão dos recursos necessários para essas ações. Antiógenes Viana concordou com as falas de Cássio, Maurício e Augusto, questionando a indicação dos imóveis pelo conselho. Ele perguntou quais seriam os critérios necessários para o conselho fazer essa indicação e se essa era realmente a proposta. Antiógenes destacou a necessidade de entender se o papel do conselho era indicar imóveis específicos ou propor parâmetros para a utilização dos recursos. Ele mencionou a experiência anterior trazida por Cássio, que apontava parâmetros para a utilização dos recursos, e pediu clareza sobre a pretensão do conselho e os critérios a serem observados para a priorização dos recursos. Marcos Paulo elogiou a proposta das emendas parlamentares para o restauro de bens, destacando que o montante disponível supera o necessário para essas ações. Ele concordou com Augusto sobre a urgência de intervenções em alguns bens e pequenos reparos em outros, mencionando a Casa do Conselheiro, João Alfredo em Itamaracá como um exemplo de abandono. Marcos Paulo defendeu uma política de continuidade, não limitada a mandatos bienais, e sugeriu a inclusão de três bens na lista de prioridades: a Capela de Santo Antônio do Engenho Novo, a Fábrica de Tecidos de Goiana e o Engenho Uruaé. Ele destacou a importância histórica desses locais e a necessidade urgente de intervenções para preservar seu valor. Concluiu afirmando a pertinência da discussão e a necessidade de definir caminhos para que os recursos cheguem efetivamente a esses bens. Ana Paula explicou que realizaram mais de 1.000 consultas para elaborar os editais. No entanto, nas consultas presenciais e online sobre patrimônio, não receberam indicações específicas. Ela contatou Renata para obter sugestões de onde aplicar os recursos. Renata mencionou o Cais do Sertão e indicou que a licitação seria feita pela EMPETUR, pois a Fundarpe estava sobrecarregada. Com recursos sobrando, também decidiram investir na recuperação da Casa dos Conselhos. Ana Paula destacou que nas consultas realizadas, não houve indicações de imóveis específicos para alocar os recursos. Ainda estão aguardando informações sobre a possibilidade de usar esses recursos para projetos, mas eles podem ser aplicados em obras, reformas e aquisições. Por exemplo, recursos podem ser usados para comprar mobiliário ou acervos, ou para criar espaços apropriados para esses itens. Ela mencionou que o uso dos recursos da PNAB pode se estender por quatro anos e sugeriu que o Conselho explore outras fontes de financiamento além da PNAB. Ana Paula elogiou a lista feita por Augusto, destacando que isso ajudaria a buscar recursos adicionais. Claudia Rodrigues explicou que a discussão conceitual era sobre até que ponto o conselho poderia apoiar a PNAB.

502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de forma ampla. Ela mencionou que, conforme Cássio havia sugerido, poderia-se propor a formação dos editais, mas essa etapa já estava superada, com os recursos e editais definidos. Mesmo assim, ela sugeriu uma leitura do trabalho anterior, pois poderia haver alguma contribuição útil. Claudia enfatizou que o foco atual era específico: a Secult solicitava apoio do conselho para sugerir e indicar imóveis que, baseando-se na experiência com a Fundarpe, mereceriam projetos e recursos para obras no próximo ano. Ela entendeu que a Secult buscava ajuda para essa seleção. Ela destacou que o conselho deveria definir os critérios e diretrizes para escolher esses imóveis. Claudia também mencionou que, embora não tivessem se preparado profundamente para essa reunião, poderiam realizar um trabalho separado entre os conselheiros para definir essas diretrizes. Joana já havia sido produtiva ao sugerir imóveis específicos, e essa abordagem poderia ser seguida, com o apoio da fundação, para apresentar uma lista de sugestões com critérios claros. **Ana Paula** explicou que, após o Carnaval, iniciaram escutas para preparar os editais baseados nos anseios culturais da sociedade. Embora não tivessem ouvido o Conselho de Política Cultural especificamente, sistematizaram as informações coletadas de várias escutas presenciais e online. Com isso, abriram formulários no mapa cultural para receber mais sugestões. No entanto, ela admitiu que não haviam incluído patrimônio nessas escutas. Por isso, na última reunião, sugeriu que fizessem uma proposta para os próximos quatro anos, já que, na área de patrimônio, é necessário um projeto e um estudo detalhado antes de iniciar obras, um processo mais demorado. Assim, propôs que se preparassem para 2025 a 2028, utilizando não apenas os recursos atuais, mas também possíveis emendas parlamentares futuras. **Claudia Rodrigues** explicou que o foco era a recuperação dos imóveis e sugeriu a leitura do material apresentado por Cássio, ressaltando que ele abordava questões anteriores à elaboração dos editais. Ela destacou a importância de aprofundar e amadurecer a questão da indicação dos imóveis para não perder a oportunidade do momento. Claudia mencionou que a discussão sobre diretrizes e critérios não deveria atrasar a decisão. Propôs que, em conjunto com a Fundarpe e a experiência dos conselheiros, fizessem as indicações necessárias. Ela ressaltou que, naquele momento, não tinham um relatório detalhado de cada imóvel ou tempo para contratar alguém para subsidiar a decisão, mas que poderiam contribuir com base na experiência de cada conselheiro. Concluiu que o momento não era para propor novos editais, já que essa fase havia passado, mas sugeriu que poderiam preparar para futuras oportunidades. **Joana D'Arc** considerou as indicações importantes para emendas e mencionou um PAC onde o governo do estado poderia colaborar. Ela valorizou as sugestões de Augusto, destacando a utilidade de ter essas referências para ampliar o projeto. Joana questionou Ana Paula sobre a publicação dos editais e expressou preocupação com serviços menores que poderiam ser realizados em bens de menor valor, como pequenos reparos e obras. Ela mencionou um teto máximo de R\$ 250.000,00 para projetos mais complexos e perguntou se havia previsão de uma linha de financiamento para pequenos serviços e obras necessárias em bens que ainda não possuíam tombamento estadual ou federal, mas que mereciam atenção para evitar deterioração. Joana sugeriu que, se ainda não estivesse previsto, poderia ser interessante incluir essa linha de financiamento nos editais antes de sua publicação. Ana

502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Paula explicou que não haveria tempo para mudanças imediatas, pois o planejamento já havia sido enviado ao ministério. Ela mencionou que o planejamento inclui um teto de valores, mas que este ano a PNAB priorizaria associações e entidades privadas para manutenção de espaços, devido à falta de pessoal técnico suficiente para gerenciar mensalmente as prestações de contas dos contemplados. Ela lamentou a não utilização deste recurso para a manutenção de espaços, mas garantiu que no próximo ano planejam incluir isso. Ana Paula destacou a importância da participação do conselho e da sociedade civil para direcionar os editais. Ela mencionou que as minutas dos editais estavam quase prontas e que seriam lançadas no final de junho. Comentou sobre parcerias com instituições como SESC, FGV, IFPE e a Universidade Federal de Pernambuco para otimizar o uso dos recursos. Além disso, ela relatou desafios com pareceristas, incluindo o uso de inteligência artificial em alguns pareceres, e a necessidade de aprimorar a análise. Ressaltou que estavam aprendendo com experiências de outros estados e que já haviam pago 90% da LPG, ao contrário de outros estados que estavam atrasados. Finalizou mencionando que os editais seriam lançados em junho ou início de julho, com seis meses para execução. **Claudia Rodrigues** mencionou a importância da continuidade e ressaltou que as prioridades já estavam definidas. Ela explicou que o grupo do plenário apenas seguiu essas diretrizes, propondo ações práticas, como a elaboração de minutas. Claudia destacou que, devido ao tempo limitado, era necessário agir rapidamente, evitando discussões prolongadas ou novas contratações para levantamentos. Ela enfatizou a importância de alterações no regimento e nas leis relacionadas ao patrimônio, além da criação de editais futuros. Claudia pediu aos conselheiros que trouxessem sugestões na próxima reunião, pois não haveria tempo para contratações adicionais. Ela concluiu afirmando que era essencial agir agora para que o grupo fosse efetivo e aproveitasse as oportunidades de influenciar as decisões. **Ana Paula**, no final da reunião, informou sobre o caso Jocimar, dizendo que a delegacia concluiu o inquérito e o enviou de volta ao Ministério Público. Ela mencionou que ainda não teve acesso ao inquérito, mas espera recebê-lo em breve. O processo administrativo foi reaberto com a formação de uma comissão de servidores públicos efetivos. Ana Paula explicou que várias ações estão sendo iniciadas e questionou se o conselho teria autoridade para tomar alguma decisão, visto que o caso ainda não foi concluído e não há uma decisão final sobre Jocimar. **Antiógenes Viana** explicou que a Secult não tinha autoridade para afastar alguém sem uma decisão formal. Ele questionou se o conselho teria a soberania unânime para fazer isso legalmente, destacando a necessidade de observar a legislação vigente. Antiógenes mencionou que não encontrou respaldo no Regimento ou na lei para tal ação, enfatizando a importância do devido processo legal, que envolve ampla defesa e contraditório até que uma decisão definitiva seja alcançada. Ele considerou que o conselho pode tomar a decisão, mas alertou sobre possíveis repercussões legais, como mandados de segurança, que poderiam complicar o processo posteriormente. **Claudia Rodrigues** opinou que era necessário convocar Jocimar para a próxima reunião como Conselheiro suplente. Ela enfatizou que não gostaria de tomar decisões antes da conclusão do julgamento do inquérito, destacando que Ana Paula também concordava com isso. Claudia perguntou

502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

aos demais Conselheiros se alguém tinha uma opinião diferente ou alguma ideia contrária. Ela mencionou que, apesar dos esforços para lidar com a situação, foi orientada informalmente pela PGE a aguardar a decisão final antes de qualquer afastamento oficial. Claudia reiterou a necessidade de convocar Jocimar respeitosamente para a reunião seguinte. **Ana Barbosa** perguntou se havia a possibilidade das reuniões voltarem a ocorrer, mesmo que virtualmente, às quintas-feiras. Ela questionou se poderiam votar para manter as reuniões nesse dia, considerando o afastamento de Diomedes. Ana Barbosa também perguntou se poderiam permanecer online durante junho, até que Amanda fornecesse mais informações sobre a possibilidade de reuniões presenciais. **Claudia Rodrigues** perguntou se alguém era contrário a voltar com as reuniões nas quintas-feiras. Ninguém se manifestou contrário. Em seguida, ela abriu novamente para os conselheiros perguntando se alguém era contrário a seguir em formato online durante o período de junho. A maioria pareceu preferir essa opção. Claudia afirmou que não tinha nada contra. **Reinaldo Carneiro Leão** disse que era contra reuniões online, pois acredita que um conselho deve se reunir presencialmente. Ele expressou que, pessoalmente, não concorda com o formato online devido à importância da expressão facial e da gesticulação para compreender as intenções das pessoas. Reinaldo afirmou que não gosta de reuniões online, deixando claro sua posição contrária a esse formato, embora tenha agradecido pela paciência de todos ao ouvir sua opinião. **Amanda Carneiro** explicou que conforme o cronograma estabelecido, a última data de divulgação dos resultados finais dos habilitados estava marcada para 26/06. Ela enfatizou que até o final do mês haveria uma reunião, destacando que haveria alterações devido ao processo eleitoral dos dois segmentos. Amanda sugeriu que, devido ao período junino e considerando as atividades dos conselheiros, as reuniões poderiam ser realizadas tanto presencialmente quanto virtualmente. Ela propôs dividir as próximas três reuniões, sendo a primeira presencial no dia 13, a segunda virtual e a terceira presencial no dia 27. Amanda ressaltou que a Casa dos Conselhos estava à disposição para oferecer todo o suporte necessário, deixando a sugestão para votação. **Cássio Raniere** disse para ficarem atentos também às condições climáticas de junho. Às vezes, por conta de chuvas torrenciais, era difícil se deslocar. Ele apoiava o que Reinaldo havia falado: as reuniões presenciais eram muito interessantes. Mas sugeriu que ficassem de olho, pois às vezes conseguiam se reunir virtualmente devido às chuvas e alagamentos. Recomendava atenção a isso também. **Joana D'Arc** defendeu sua posição, mencionando que, devido à grande quantidade de comemorações e à chuva intensa, as reuniões poderiam ser virtuais. Em julho, poderiam voltar a ser presenciais, sugeriu ela como uma opção. **Claudia Rodrigues** sugeriu tratar apenas das próximas três reuniões, que eram as que tinham definição concreta até o momento. Concordou em fazer uma exceção para que fossem online devido às chuvas, embora isso pudesse mudar. Propôs marcar a próxima reunião presencial, a seguinte virtual e a última de junho presencial, a menos que as chuvas atrapalhassem, tornando as três virtuais. Afirmou que, como todos concordavam, as reuniões presenciais eram obviamente mais produtivas e interessantes. **Amanda Carneiro** informou que, para a próxima reunião, já tinham compilado os documentos

MP
AC

9



502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de dezembro de 2022 que Ana havia passado. Na próxima reunião, eles deveriam validar esses documentos, revisando todos para garantir a precisão. Além disso, ela traria todas as pendências relacionadas a resoluções, publicações ou atos para serem discutidas. Pediu que todos ficassem cientes dessa agenda. **INFORMES.** Claudia Rodrigues informou ter recebido um convite de Ana Paula Vilar, do Recentro, para todos os conselheiros participarem do Encontro Brasileiro de Urbanismo em Áreas Centrais, que ocorreria em Recife de 12 a 14 de junho. Ela prometeu compartilhar no grupo do Conselho a descrição do evento, o local, os painéis e os detalhes sobre o que aconteceria. Convidou a todos para participarem na semana seguinte. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Claudia Regina de Farias Rodrigues** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Oliveira

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Braga

Ana de Fátima Braga Barbosa

Nebi Jardim

Ana Paula Nebi Jardim

Augusto Ferrer

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

Cecília Canuto de Santana

Claudia Regina de Farias Rodrigues (Presidente)

Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Mônica Siqueira da Silva

Reinaldo José Carneiro Leão



502^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Roberto José Marques Pereira

Antíogenes Viana Sena Júnior

Claudia Pereira Pinto

Marcos Paulo Aurélio dos Santos

Maurício Barreto Pedrosa Filho